



**Provas de Acesso ao Ensino Superior
Para Maiores de 23 Anos**

Candidatura de 2018

Exame de HISTÓRIA

Tempo para realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

Material admitido: *exclusivamente material de escrita*

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, o GRUPO e o NÚMERO da questão a que está a responder.

Grupo I (total: 5 valores)

Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).

1. A consolidação da independência política e territorial de Portugal foi uma constante da ação régia no século XIV.
2. A diversidade geográfica do Reino não foi impeditiva da formação de uma identidade nacional.
3. Ao contrário de outros países, Portugal não teve de enfrentar crises demográficas, económicas e sociais no século XIV.
4. No início da expansão portuguesa Ceuta foi de grande importância como base de apoio à navegação portuguesa.
5. Em 1479, no tratado de Alcáçovas, confirmado no ano seguinte em Toledo, Portugal abandonava definitivamente as suas pretensões às Canárias.
6. A exploração do trigo nos Açores, durante a época Moderna, não teve importância no desenvolvimento das exportações insulares.
7. Com a chegada de Pedro Álvares Cabral à Índia, em 1498, inaugurou-se o caminho marítimo para a Índia.
8. A Constituição de 1822, outorgada por D. Pedro, previa a existência de quatro poderes, bem como de duas câmaras parlamentares.

9. A onda contra-revolucionária que se opôs ao vintismo compreendeu três revoltas: a de Amarante, a Vilafrancada e a Abrilada.

10. A implantação da República, em Outubro de 1910, motivou, até ao final do ano, a eleição de um governo e a promulgação da nova Constituição.

Grupo II (7,5 valores no total - 2,5 valores por cada questão).

Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):

A)

1. Em que medida a situação política e social de Portugal na passagem do século XIV para o século XV foi importante para o início da expansão ultramarina?

2. Quais as consequências em Portugal da chamada “crise do século XIV”?

B)

1. “Com a expansão marítima portuguesa, novos produtos e principalmente novas rotas passaram a sulcar o Atlântico”. Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.

2. Explique a política expansionista de D. João II.

C)

1. Explique as consequências das invasões francesas, a curto e médio prazos.

2. Justifique a participação de Portugal na I Guerra Mundial e as consequências desta intervenção.

Grupo III (7,5 valores)

Analise e comente um dos seguintes textos:

1. "Esquemáticamente, a rebelião [de 1383-1385] opôs a aristocracia terratenente ao resto da Nação, sendo o seu núcleo mais activo formado por uma classe média de burgueses e de artesãos. Na realidade, a situação foi muito mais complexa (...). A alta burguesia, com a ajuda de muitos funcionários públicos e de judeus ricos, alinhou com Leonor Teles e com D. Beatriz, pelo menos no começo da crise. Mais tarde, possivelmente receosa de uma conquista total pelos Castelhanos, parece ter mudado de ideias e concedido a maior parte do seu apoio a D. João, o Mestre de Avis. As camadas baixas da nobreza e os filhos-segundos (...) alinharam com o Mestre também. Por diferentes motivos, a média burguesia e o artesanato (...) escolheram o Mestre de Avis por seu chefe contra os defensores da velha ordem."

A.H.de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, 3ª ed, Lisboa: Ágora, 1973, pp.187-188

2. “A feitoria da Mina, destinada a fechar o negócio do ouro aos seus rivais europeus e a exercer pressão sobre os governantes africanos com acesso ao outro, contornou a dependência das antigas rotas transarianas de abastecimento ao ouro. A caravela podia agora flanquear a caravana. Escravos, malagueta e, acima de tudo, ouro eram enviados da Mina para Lisboa (...). O comércio com a Mina foi essencial nas operações ultramarinas de Portugal e fez da África Ocidental um ativo crucial do império no fim do século XV e princípio do século XVI. Contudo, depois da viagem de Vasco da Gama, em 1497-1499, o enfoque económico do império mudou radialmente para o oceano Índico e a riqueza da Ásia.”

Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, 2010, Edições 70, p.27.

3. “Em Agosto de 1891, o escritor Eça de Queirós desabafava com um amigo: ‘Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir lágrimas aos olhos — mas para mim é quase certo que a desapareição do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século.’ A época convidava aos exageros. Depois de um conflito diplomático com a Inglaterra (...), uma insurreição militar republicana no Porto (...) e uma grave crise financeira em Maio desse ano, tudo parecia em causa: a independência do país, o regime constitucional, as finanças. (...) O pessimismo era geral. Em 1894, na terceira edição de *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins voltou à pergunta de Mouzinho da Silveira: ‘Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para [Portugal] subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?’ Esta ansiedade fundamental animou, entre 1890 e 1910, a última grande época do reformismo liberal e expansão ultramarina. Mas nada de facto terminou bem para o regime.”

Rui Ramos, coord., *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 549
(adaptado).